

# **Tantas madrugadas de novas eras...**

José Carlos Meneses Rodrigues

Docente no IESFafe/Investigador CEPESI

[meneses.jc@gmail.com](mailto:meneses.jc@gmail.com)

## **Resumo**

A diversidade da paisagem portuguesa e a forma como os povos se moldaram e deixaram moldar requerem a nossa atenção e a reorganização ao nível da preservação do património em geral. A sustentabilidade, com os edifícios a absorver o conforto que a atualidade pode oferecer com as energias renováveis, a custos económicos baixos. O TER (Turismo em Espaço Rural) é um caminho abrangente por conseguir concentrar esta inovação e, paralelamente, promover os valores locais: ambiente, arquitetura erudita e vernacular, património imaterial, empregabilidade local e inclusão social, entre outros. Conjugam-se o futuro-presente com o futuro-passado de molde a obter-se uma matriz patrimonial natural e cultural onde o homem sobressai pelo que pode refazer.

**Palavras-chave:** paisagem; território; povos; Região Norte

## **Abstract**

The diversity of the Portuguese landscape and how people have shaped up and left shape require our attention and reorganization at the level of heritage preservation in general. The sustainability, with the buildings absorbing the comfort that today can offer the renewable energy, with the economic low costs. The TER (Rural Tourism) is a extensive way to get this concentrating innovation and, in parallel, to promote local values: the environment, classical and vernacular architecture, intangible heritage, local employability and social inclusion, among others. Conjugates the present with the past in order to obtain the matrix natural and cultural heritage where man emerges so he can retakes.

**Keywords:** landscape, territory, people, Northern Region

## **Introdução**

O estudo religa quatro fatores basilares no estudo da paisagem: o território, o homem, as atividades e as instituições, com incidência na Região Norte. Em madrugadas de tantas eras...

Fomos os primeiros a globalizar, com a descoberta de outros mundos. Éramos menos de dois milhões de portugueses. Porque a Europa tinha esgotado as reservas de ouro e prata e a agricultura não produzia cereais para a autossuficiência das populações. E era preciso expandir a religião – o altar e o trono de mãos dadas! Mesmo assim, só fomos ricos uma vez, com o ouro e os diamantes do Brasil, o tempo de D. João V, riqueza que foi direta para os palácios, as igrejas, muitas delas “forradas a ouro” e outras atividades mecenasáticas. Optamos sempre pela política de transporte em detrimento da política de fixação, como tão bem explanou António Sérgio: as matérias-primas do Império chegavam à Europa, que nos fornecia o produto final. Resultado: não fixamos população, não desenvolvemos a indústria! Ainda hoje sofremos dessa signa!

Os anos 90 promoveram o PDM com a RAN e a REN, mas os legisladores, por coincidência, frequentemente, são os mesmos que depois defendem interesses opostos.

A paisagem e a sustentabilidade da arquitetura vernacular têm suporte legislativo; fundamental é que a investigação e as instituições proporcionem condições para refazer um trabalho identitário de relevância.

Desenhámos o estudo em partes: o presente-futuro; o norte ímpar: daqui irradiou nome e a primeira globalização, madrugadas de outras eras... sustentabilidade do arcaísmo e rudeza do povo português, património etnográfico e edificados desaparecidos.

### **A paisagem, de cima**

Abrimos o caminho para integrar num património coletivo toda a diversidade de Portugal, porque cada geração refaz e desfaz a história que, como constructo intelectual, é sempre uma história contemporânea, para além de biográfica. História, política e paisagem, elos provenientes do Neolítico, momento em que o Homem inicia a sua relação violenta com a Natureza, ao esventrá-la para a agricultura<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, 1996: 305.

O conceito de património tradicionalmente aceite até há poucas décadas assentava nas ideias de antiguidade, de monumentalidade e de um certo tipo de dignidade funcional, histórica e simbólica. Atualmente, torna-se mais abrangente e maleável, comportando tudo o que, para cada pessoa, possa constituir referência de identidade<sup>2</sup>.

O rápido processo de transformação territorial, nos últimos anos, coloca em risco, em muitas circunstâncias, os valores ambiental, cultural e histórico das paisagens. Cresce, como tal, a valorização da paisagem como referência ou limite para transformações pela sua direta associação à memória coletiva e conteúdo simbólico<sup>3</sup>. Com os conceitos ampliados de património e paisagem, há a necessidade de cobrir uma grande variedade de géneros e tipologias, que inclui árvores notáveis, geomonumentos, trechos de paisagem com especial significado geográfico, obras de engenharia relevantes... apresentando-os num mesmo patamar de dignidade, sem hierarquizações de valor ou de estatuto<sup>4</sup>.

Na diversidade de tipos de paisagem<sup>5</sup>, existe a presença quase constante do edificado, fruto de um povoamento antigo, continuado e intenso. Excetuando algumas pequenas zonas serranas mais inóspitas, a paisagem é pontuada por aglomerados urbanos de dimensão e configuração variada, desde as pequenas aldeias escondidas as dobras dos motes até às grandes cidades distendidas nos vales, e fora deles, por um polvilhado de povoações dispersas. E é, geralmente, de grande coerência a relação desse edificado, especialmente o popular mais antigo e o erudito, com a passagem que o acolhe, coerência resultante das volumetrias e do uso dos materiais locais.

Há necessidade de identificar e discutir os valores patrimoniais. As bases conceituais e metodológicas do “Catálogo de Paisagem”, elaborado pelo Observatório da Catalunha<sup>6</sup>, propõem-se estudar, elaborar propostas e impulsionar medidas de proteção, gestão e ordenação da paisagem daquela região espanhola. Qualquer intervenção sobre o território tem de ter em conta os valores aturais e ecológicos, produtivos, históricos, uso social, espirituais e mitológicos, simbólicos e identitários. Encontra-se em atividade desde Março de 2005<sup>7</sup>.

Em Portugal, é Évora que avança com um estudo, em 2004. As unidades de paisagem baseiam-se em variáveis físicas (o clima, a proximidade do oceano, a altitude ou as formas de

---

<sup>2</sup> BELO, 2008: X.

<sup>3</sup> MARTINS, 2008: 1.

<sup>4</sup> ALMEIDA et. al., 2008: V-VI.

<sup>5</sup> BELO, 2008: VIII.

<sup>6</sup> MARTINS, 2008: 15-16.

<sup>7</sup> MIRRA, 2012: 215.

relevo, o uso do solo); nas variáveis socioeconómicas, histórico-culturais (traços históricos marcantes); as pressões atuais; as atividades económicas; a cultura tradicional; ou, até mesmo, através da interligação das diversas variáveis. Catalunha e Portugal seguem o Conselho da Europa que aprova, em 2000, a Convenção Europeia da Paisagem.

## O presente-futuro

Excetuando as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, Portugal é apresentado com uma mancha predominantemente rural<sup>8</sup>. O “Rural development” arquitetou-se, entre 2007 e 2011, sob o “Leader approach”, com três eixos: 1. Competitividade. 2. Ambiente e gestão da terra. 3. Diversificação económica e qualidade de vida. O emprego no setor primário, em 2010, cifrava-se assim: i) Litoral Norte e Sul – 4-8%. ii) Interior Norte, Centro e Alentejo - >20%. iv) Restante país – 8-20%.

É a altura para questionar se o desenvolvimento rural poderá ser uma realidade alargada, inserindo os produtos turísticos potenciadores e a arquitetura popular/vernacular.

Eis o primeiro mapa de um conjunto inumerável de sobreposições seculares para perspetivar a paisagem do país, mormente a Região Norte. O PENT 2015<sup>9</sup> (Plano Estratégico Nacional de Turismo) valoriza os produtos turísticos das sete regiões demarcadas para o desenvolvimento desta indústria. No *Porto e Norte* [Fig. 1], destacam-se quatro destinos e sete produtos [Fig. 2] vocacionados para o turismo de natureza e tudo o que o homem, em atividades multisseculares, conseguiu registar como legado: Visibilidades: o arcaísmo e a rudeza do povo português, usos e costumes das civilizações anteriores à nacionalidade; a primeira região vinhateira demarcada do mundo<sup>10</sup>, com Pombal, visionário e torcionário; o termalismo, rasto da romanização; as albufeiras, modernidade imprescindível; as vilas e cidades que evoluíram de forma a percebermos a coabitação dos arcos cronológicos, nomeadamente a cripto-história da arte.

---

<sup>8</sup> EUROPEAN COMMISSION, 2011: 1-4.

<sup>9</sup> FAZENDA, 2008: 2.

<sup>10</sup> D. Antónia, *A Ferreirinha*, vinhateira do Douro e negociante no Porto, é um exemplo vivo de dinamismo, mesmo perante as adversidades, na segunda metade do século XIX. MARTINS & OLAZABAL, 2011: 77-126; 129.



Fig. 1. PENT 2015 para a Região Norte. Fonte: FAZENDA, 2008.



Fig. 2. PENT 2015 para a Região Norte. Fonte: FAZENDA, 2008.

Há seis produtos prioritários nas quatro subáreas [Fig. 3], coincidentes no Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro – da natureza ao golfe -, retirando-se a natureza e o náutico ao Porto, que fica, obviamente, com o de negócios e o urbano.

O TER (Turismo em Espaço Rural), em 2007<sup>11</sup>, está em primeiro lugar a nível nacional (44,6%), seguindo-se o Centro (21,8%), evidência que privilegia esta indústria na Região Norte. São apontadas três áreas-chave para o seu crescimento sustentado<sup>12</sup>: i) *TER x Fomento do potencial endógeno*; ii) *TER x Coesão social e inclusão*; iii) *TER x Desenvolvimento rural num quadro de sustentabilidade*.

(iii) Programas de Acção focalizados nos produtos turísticos prioritários da Região do Norte, tendo como referencial estratégico a seguinte matriz:

PRODUTOS TURÍSTICOS PRIORITÁRIOS vs. TERRITÓRIO				
Sub-marca turística-promocional Produtos turísticos prioritários regionais	PORTO	MINHO	DOURO	TRÁS-OS-MONTES
Turismo de Negócios <i>Porto de Negócios</i>	XX			
Turismo Urbano <i>City Break Porto</i>	XX			
Turismo de Natureza		XX	XX	XX
Turismo Náutico		XX	XX	XX
Gastronomia & Vinhos - Enoturismo <i>Norte Vinhateiro</i>	X	XX	XX	X
Turismo de Saúde e Bem-Estar	X	X	X	XX
Turismo Histórico-Cultural (Touring) <i>Norte com História e Tradições</i>	XX	XX	XX	XX
Golfe	X	X	X	X

Grande prioridade: X - elevado / XX - muito elevado

Fig. 3. PENT 2015 para a Região Norte. Fonte: FAZENDA, 2008.

### Norte ímpar: daqui irradiou nome e a primeira globalização

Evidenciando vetores homogéneos da Região Norte, Rafael<sup>13</sup> apresenta-a como a região ímpar das romarias, dos domínios sacros do românico e do barroco, dos mosteiros de S. Bento dos conventos femininos; região das antas, dos castros e dos castelos; das aldeias onde há um “dedo” a apontar para o Alto: o campanário a indicar para a ermida ou capelinha do outeiro?

A igreja, ora caída e sorridente entre ramadas, ora singela e sóbria, na pureza do granito, é simplesmente a casa do Senhor, onde não se veem os Cristos torturados e lívidos de Espanha<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> FAZENDA, 2008: 15.

<sup>12</sup> MOREIRA, 2009: 13-17.

<sup>13</sup> RAFAEL, 1987: 113.

<sup>14</sup> DIAS, 1987, I: 150

Região mil minúsculos povoados, da família, do lar-família da família-lar? Dos rios e das pontes; das águas termais, do granito (onde a terra é “castanha doce”) e do xisto (onde a uva é “sol condensado”). O estudo do comunitarismo<sup>15</sup> permite a explicação para formas de tendências associativas em várias regiões do país, mais frequentes nas regiões serranas e planálticas do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, não se podendo ignorar as áreas menos arcaizantes, onde até domina a propriedade capitalista, como é o Baixo Minho.

Norte como epicentro da nacionalidade: i) o Douro foi a fronteira entre o sul mouro invasor e o norte cristão suevo-visigótico, considerado a Extrama-Dura, a Estremadura do Norte, contendo as suas margens uma linha de castelos; ii) a nacionalidade gera-se no Norte, assim como o nome; iii) do Norte parte-se para a Reconquista Cristã e para a Expansão Africana; iv) parte-se de oeste para leste até Miranda do Douro; v) de norte para sul<sup>16</sup>.

De uma forma polissémica; i) geograficamente, o Norte é o Douro; ii) historicamente, o Norte ou Entre Douro e Minho é a Região Portucalense; iii) geologicamente, é a duriense ou via transmontana: para além de cada monte, um rio (exceto o Paiva) que desce ao mar paralelamente ou perpendicular ao Douro; iv) ecográfica e economicamente, o Norte é terra fria, terra quente e beira-mar, um mini-Portugal; v) regionalmente, é a conjugação triprovincial do Nordeste trasmontano, do Nordeste minhoto e do Porto litorâneo, à volta de um “eixo interprovincial” único – a Terra de Basto -, e sublinhadas pelo rio mais regional de Portugal<sup>17</sup>.

Rio Douro onde se cria o barco próprio, o *rabelo* [Fig. 4]: fenício pelo robusto leme; chinês, pela varanda alta, à ré. Uma centena de *galeiras* só eram passadas com pilotos práticos, os *mestres*, com o frio na alma e o credo na boca. Douro que, antes das barragens, era o maior cachafundão de Portugal. Encosta abaixo, medrava o carvalho negral, o castanheiro, a oliveira e o sobreiro; e sazonavam em laranjas do Tua, vinhas do Roncão, cerejeiras de Penajoia e as amendoeiras de Freixo de Espada à Cinta<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Vilarinho da Furna e Rio de Onor. DIAS, 1987, I, 192.

<sup>16</sup> RAFAEL, 1987: 114.

<sup>17</sup> RAFAEL, 1987: 112-113.

<sup>18</sup> CORTESÃO, 1987: 26-27.



Fig. 4. Barcos rabelos. A caminho de V. N. Gaia. Fonte: web.

Orlando Ribeiro<sup>19</sup> distingue *Portugal atlântico*, *Portugal transmontano* e *Portugal mediterrâneo*. É uma tese longitudinal, diferente de António Rafael que absorve a transversalidade. Cortesão<sup>20</sup> refere-se ao Minho, confirmando-o como a única região onde a terra moldou o homem e o homem moldou a terra; viveiro inexaurível de homens, foi possível colonizar, desde o século X, o centro e o sul do país, dando ao moçárabe nova seiva, além dos mares e a todos os continentes a pequena “casa lusitana”.

Jorge Dias assevera que, no Norte do país, abundam elementos da Europa setentrional, média e central (celtas e germanos); no Sul, elementos do Sul da Europa e do Norte de África (mediterrâneos e berberes, apesar dos estudos escassos existentes). A paz romana domina durante séculos, alterando-se, com as hordas germânicas, a estrutura étnica e cultural do Portugal atual; os suevos, no início do séc. V, distribuem terras entre si e fixam-se no Entre Douro e Minho, trazendo os costumes e as técnicas agrárias da Baviera. Os visigodos formam um grande reino cristão na P. I., durante o séc. VI. Os árabes irrompem com ímpeto mas, pouco depois, formam-se novos reinos cristãos. Atrás do conquistador vai logo o lavrador e constrói-se um templo<sup>21</sup>.

É a época das peregrinações a Compostela, dos castelos (onde os senhores obtiveram estatuto pelos germanos), das pontes, dos conventos e das igrejas românicas, espalhadas nas vias para a oração e, principalmente, no apoio no fim de jornada. A escultura e a arquitetura unem-se, transmitindo a primeira mensagens ao iletrado natural medieval. E se o *Pantacator* (Cristo em

---

<sup>19</sup> Referenciado por DIAS, I, 1990: 166, 26-27.

<sup>20</sup> CORTESÃO, 1987: 29; 31.

<sup>21</sup> DIAS, I, 1990: 141-144.



glória, mandorla e o tetramorfo) não vingaram no tímpano dos templos portugueses, ao contrário de França e Espanha, substituía-se pelo *agnus dei*, com o mesmo simbolismo.

Um salto largo para a primeira globalização mundial. Um país com menos de dois milhões de pessoas consegue o Império que é consabido e que “deu madeiras e pao para caravelas e foi farto de pão para a população pode não ter riqueza nem abundância para alimentar uma população que cresce vertiginosamente<sup>22</sup>.” Discordamos desta asserção, preferindo a tese de António Sérgio sobre a política de transporte e de fixação dos portugueses.

E sobre a sua natureza e o território?

Sacrificado, acolhedor, coração aberto, franco, religioso, crente, mais realizador que contemplativo, mais romeiro que místico, mais obreiro que artista, mais empresário que político, sonhador, realizador, criativo, empreendedor. Pegado à terra, se emigrar leva consigo o seu Norte, a saudade nortenha!<sup>23</sup>

Jorge Dias<sup>24</sup> contemporiza com estes atributos, mas expande-os ao povo português: mais idealista, emotivo e imaginativo do que homem de reflexão; tem vivo sentimento da Natureza, faltando-lhe a exuberância e a alegria espontânea e ruidosa dos povos mediterrâneos. A saudade será uma combinação de lírico sonhador - temperamento céltico; fáustico, de tipo germânico, e fatalístico, de tipo oriental.

### **Madrugadas de tantas eras...**

Os íncolas castrejos (pastores e guerreiros), descerem dos 200-500 metros<sup>25</sup> para os vales sob a influência dos romanos, tornando-se sociáveis. Somos celtas, romanos, germânicos... Chegamos ao século XIV com uma desflorestação de séculos: a atividade mineira durante a ocupação romana, o pastoreio e, acima de tudo, os arroteamentos de terras para a agricultura. Não havia outro combustível além da lenha. O pinheiro bravo, de grandes qualidades, toma conta do noroeste de Portugal a partir do século XIV, substituído o carvalho, de folha caduca, numa política de reflorestação. O *Pinhal do Rei*, em Leiria, é doado a D. Isabel, que terá aproveitado a zona do areal para prolongar com novas sementeiras. O neto, D. Fernando, em

---

<sup>22</sup> DIAS, I, 1990, 145.

<sup>23</sup> RAFAEL, 1987: 115-116.

<sup>24</sup> DIAS, 1990, I, 145-146.

<sup>25</sup> ALMEIDA, 2008, 2.

1375, permite, aos que trabalhassem as armadas reais, o transporte de madeiras de Leiria. Desfaz-se, assim, o mito do Estado Novo: D. Dinis mandara plantar o pinhal de Leiria<sup>26</sup>!

Alteramos a paisagem com as peregrinações a Santiago de Compostela, um dos três grandes centros de peregrinação medieval, além de Roma e de Jerusalém. Conhecemos 22 percursos [Fig. 5] ([http://www.adersousa.pt/estudo-caminhos\\_de\\_peregrinacao.html](http://www.adersousa.pt/estudo-caminhos_de_peregrinacao.html)), com base nas *barcas de passagem* do Tâmega: Destaquemos uma: 02. Do sul de Arouca e de Castelo de Paiva, entrava-se por Penafiel (sobressaindo a cidade de Eja, a igreja românica de S. Miguel de Entre-os-Rios, as termas romanas de S. Vicente, a honra de Barbosa e a capela de Santa Luzia), Paredes e Lousada, seguindo-se por Vizela, Guimarães, Braga, Ponte de Lima, Valença... Santiago de Compostela<sup>27</sup>.

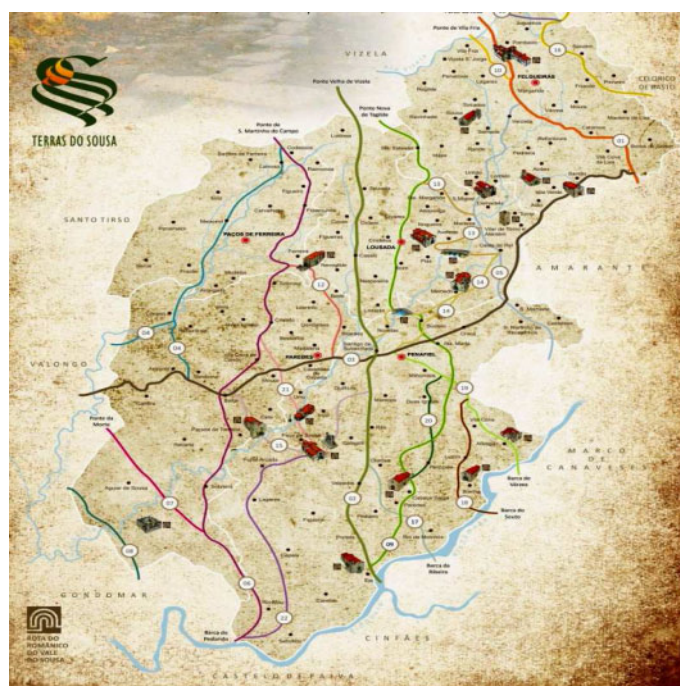


Fig. 5 Caminhos antigos e de peregrinação do Vale do Sousa a Compostela. Fonte: ADER-SOUSA.

Os templos românicos [Fig. 6] acolhiam os peregrinos que se dirigiam para Compostela. O *Pantocrator* - Cristo em majestade (*Maiestas Domini*) inscrito em mandorla e o tetramorfo (4 evangelistas) -, tem uma réplica recente, mas apenas com os símbolos dos evangelistas [Fig. 7]. Completo em França e em Espanha, em Portugal surge em Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães) e incompleto (dois símbolos) em S. Pedro de Rates (P. de Varzim). O

<sup>26</sup> FERREIRA, 2010: 247-249.

<sup>27</sup> RODRIGUES, 2013: 3.

*Pantocrator* de Ansiães [Fig. 8] é o mais completo, iconograficamente, e aquele que mais se aproxima da complexidade de representações análogas em templos espanhóis e franceses<sup>28</sup>.

A singularidade de algumas imagens e a convivência de diferentes técnicas escultóricas (periféricas) torna este portal uma fonte inesgotável de informação e uma obra valiosa aberta à investigação. Em vez do *Pantocrator*, é usual aparecer o *agnus dei* no tímpano do portal, contendo a mesma carga simbólica.



Fig. 6. Geografia do Românico. Fonte: NUNES, 2004: 72.



Fig. 7. Irene Vilar, "Tetramorfo", 1967. Madeira policromada / 58,5 x 120 x 4 cm. Porto, Coleção da Autora. Fonte: Carlos Azevedo.



Fig. 8. Carrazeda de Ansiães Igreja de S. Salvador de Ansiães. Tímpano esculpado segundo os cânones: *Pantocrator*: Cristo em majestade, mandorla e tetramorfo. Fonte: DOLORES, 2008.

Genericamente, a escultura românica (capitéis, tímpanos, modilhões) subordina-se à arquitetura numa proposição mensageira aos iletrados crentes, com temas bíblicos, Natureza, moral, históricos, abstratos/decorativos; e temas mais eruditos da escultura medieval: *Maiestas Domini*, *Crismon*, Juízo Final, ciclos do Velho e do Novo Testamento<sup>29</sup>.

A *Rota do Românico do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega* tem sido um exemplo invulgar de empreendedorismo patrimonial, envolvendo a preservação, a conservação e os eventos

<sup>28</sup> Fernandes, 1999. Referenciado por DOLORES, 2008:68.

<sup>29</sup> DOLORES, 2008: 81; 97-98.

pedagógicos ao nível do românico e das estéticas que os templos contêm. Outras se seguirão para podermos aquilatar a importância civilizacional do românico no Norte e Galiza, ao nível da organização religiosa, social, económica, cultural e paisagística.

### **A sustentabilidade do arcaísmo e rudeza do povo português**

O nosso enfoque recai na arquitetura popular/tradicional/vernacular, cuja discussão terminológica não tem fórum neste espaço. A principal distinção baseia-se nas construções sem arquitetos (o povo) e nas construções eruditas, mas não são excludentes. O património vernacular sustenta-se em reconhecimentos internacionais, como a *Carta sobre o património construído vernáculo*, de 1999, ou o *Projeto Corpus*, financiado pela União Europeia<sup>30</sup>.

Num estudo sobre os *Princípios de sustentabilidade na arquitetura vernacular em Portugal*<sup>31</sup> percebermos que a preservação passa pela assunção da qualidade de vida, em construções materializadas numa pluralidade de condicionalismos geográficos, geológicos, económicos e culturais. São construções que possuem um potencial de aplicação à contemporaneidade. A vernacularidade perde-se com a industrialização e a arquitetura moderna usa materiais com fracas resistências térmicas. Os anos 90 do século XX, elaboram-se soluções engenhosas, com base em energias renováveis e não poluentes, que, muitas vezes, originam ambiguidade.

Os princípios de sustentabilidade da arquitetura vernacular portuguesa<sup>32</sup> assentam em instrumentos com reduzido índice tecnológico e baixa energia incorporada com premissas: organização urbana e uso do solo; redução das perdas de calor; captação de ganhos solares; promoção da ventilação; redução dos ganhos de calor/ arrefecimento passivo; uso de materiais e técnicas locais; aproveitamento de recursos renováveis; gesto eficiente dos recursos; recolha e aproveitamento de águas pluviais. O desenvolvimento sustentável na construção de edifícios melhora o desempenho ambiental; otimiza a qualidade do ambiente interior; e diminui os custos do ciclo de vida.

---

<sup>30</sup> FERNANDES, 2012: 5.

<sup>31</sup> FERNANDES, 2012.

<sup>32</sup> FERNANDES, 2012: 7-12.

## Património etnográfico e edificados desaparecidos

A aldeia de Vilarinho das Furna (Terras de Bouro) ficou submersa com a barragem (rio Homem) que lá se inaugurou em 1972 [Figs. 9 e 10]. Situada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, cria uma reserva de água com uma cota superior à da barragem da Caniçada. O *Museu Etnográfico de Vilarinho das Furna*<sup>33</sup> recria a pequena aldeia, com objetos originais e pedras d edifícios, observando-se o comunitarismo pastoril e agrícola, as suas atividades e o interior das casas.



Fig. 9. **Terras do Bouro.** Vilarinho da Furna. Vestígios da aldeia submersa com a cota de água baixa. Fonte: JCMeneses.



Fig. 10. **Terras de Bouro.** Vilarinho da Furna. Vestígios de habitações com a cota de água baixa. Fonte: JCMeneses.

---

<sup>33</sup> É frequente o uso das duas expressões: Furna ou Furnas.

A investigação de Jorge Dias<sup>34</sup>, que também se debruça sobre o comunitarismo de Rio de Onor (Bragança) - partilha dos fornos comunitários; de terrenos agrícolas comunitários, onde todos devem trabalhar; e de um rebanho pastoreado nos terrenos comunitários, revezamento dos pastores –, é um testemunho do arcaísmo e rudeza do povo português. Outro traço respeita à oposição entre o direito oficial e o comunitário; exemplo: o direito de caçar nas matas do Estado, limitado, transitoriamente, aos habitantes pela decisão dos órgãos representativos da comunidade. É aqui que se resolvem grande parte dos conflitos: de propriedade, gado e casos de roubo. O direito oficial poderá intervir como fonte de regulamentação secundária. Ao ambiente natural é dada grande importância como fator imprescindível para o surgimento e manutenção da comunidade, com o elemento tempo enquanto princípio e fim da mesma<sup>35</sup>.

A barragem do Torrão (inaugurada em 1988) provocou em Marco de Canaveses o desaparecimento de um património etnográfico que servia as suas populações, bem como as de Penafiel e de Amarante (menos): barcas de passagem, pesqueiras de lampreia (que subia até Canaveses), moinhos e engenhos do linho, cujo levantamento foi realizado a cargo do IPPC, entre 1986 e 1987<sup>36</sup>. Ainda estivemos, antes da albufeira, nos moinhos do Portinho (Tuias, Marco de Canaveses) [Fig. 11]. Como ainda existem moinhos de ribeiros, há projetos de recuperação didáticos para as escolas; o museu da broa, em Capela (Penafiel) é um exemplo identitário relevante [Fig. 12].



Fig. 11. Marco de Canaveses. Tuias. Moinhos do Portinho, 1987. Fonte: CMMC.

---

<sup>34</sup> RUIVO & MARQUES, 1982: 81.

<sup>35</sup> RUIVO & MARQUES, 1982: 43.

<sup>36</sup> ABRANTES, 1988.



Fig. 12. **Penafiel**. Capela. Moinhos de ribeiro. Museu da broa.

Encontrou-se uma solução para o núcleo de S. Nicolau: a capela de S. Lázaro e o cruzeiro do Senhor da Boa Passagem trasladaram-se para a envolvente da igreja românica daquela paróquia; a memória “Não passaram”<sup>37</sup> teve um lugar ambíguo, junto à ponte nova; presentemente, implanta-se na proximidade da igreja românica.

## Conclusão

Os poderes europeus legislam sob a forma de *Cartas*, mas o seu efeito é invisível se a investigação não der os primeiros passos, como é o caso, em Portugal, com alguns nichos a preverem um futuro diferente para a paisagem.

No terceiro nível civilizacional (pré-história, época castreja e romanização) chegamos aos vales. À medida que decorre a ocupação territorial, com lutas internas e externas, a relação com a Natureza nem sempre é harmoniosa, mas sempre com uma premissa, nas classes populares: a capacidade de adaptação ao meio (em Castro Laboreiro, Melgaço, abandonavam-se as *brandas* para as *inverneiras*).

Em quase nove séculos de existência, apenas dois governantes se distinguiram como visionários: D. Dinis, *amigo do ambiente*, como hoje diríamos, e Pombal, com a região demarcada do Douro. A política de transporte em detrimento da de fixação, o endividamento,

---

<sup>37</sup> Alusiva à resistência das populações de Canaveses aos franceses, na 2.<sup>a</sup> invasão.

em meia dúzia de anos, tão elevado como nos anos 70 do século XIX (Fontismo), a emigração para o Brasil (desde o século XVII até parte do XX) e para a Europa (pós-II Guerra Mundial), explicam, também, a alteração da paisagem (desertificação e a casa do *brasileiro* e do *francês*).

Tantos séculos no exterior, restando o retângulo cultural e um certo arcaísmo [Fig. 13] que poderá converter-se em mais-valia, assim o queiram os decisores e, principalmente, uma competência congénita que os portugueses têm: a aventura que pode transformar-se em empreendedorismo.



Fig. 13. Arcaísmo no acarretar de giestas. Fonte: Carlos Mendes.

### **Bibliografia:**

ABRANTES, Joaquim Roque (1988) - *Património etnográfico afetado pela barragem do Torrão: moinhos de água, engenhos de linho, pesqueiras, barcas de passagem*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Departamento de Etnologia.



ADER-SOUSA. Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa. Disponível em: [http://www.adersousa.pt/estudo-caminhos\\_de\\_peregrinacao.html](http://www.adersousa.pt/estudo-caminhos_de_peregrinacao.html). (Consulta realizada em 02/10/2013).

ALMEIDA, Álvaro Duarte, BELO, Duarte, SOARES, Júlia Mateus (2008) – *Portugal. Atlas do património*. Rio de Mouro: C. de Leitores.

BELO, Duarte (2008) – *Portugal. Olhares sobre o património*. Rio de Mouro: C. de Leitores.

EUROPEAN Commission. Agriculture and rural developmet (2011) – *The future rural development policy*. “Agriculture policy. Perspectives briefs”. Brief.º 4, January. Disponível em: < [http://ec.europa.eu/agriculture/policy-perspectives/policy-briefs/04\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/policy-perspectives/policy-briefs/04_en.pdf)>. (Consulta realizada em 02-10-2013).

CORTESÃO, Jaime (1987) – *Portugal. A Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

COSTA, Fernando Marques da Costa (1988) – *Imaginário histórico. Imaginário político*”. “Nação e Defesa”. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, p. 35-48. Disponível em: <<http://idn.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1BJ070X642284.113684&profile=idn&uindex=AW&term=Costa,%20Fernando%20Marques%20da&aspect=subtab13&menu=search&source=~!dglb>>. (Consulta realizada em 11/09/2013).

DIAS, Jorge (1990) – *Estudos de Antropologia*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

DOLORES, Cármen (2008) - *Igreja de S. Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães)*. ESE de Fafe. Monografia de Complemento de formação.

FERNANDES, Jorge, MATEUS, Ricardo, BRAGANÇA, Luís (2012) – *Princípios de sustentabilidade na arquitetura vernacular em Portugal*. “Congresso Construção 2012. 4.º Congresso Nacional”. Coimbra: Universidade de Coimbra. RCAAP. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/22290>>. (Consulta realizada em 02-10-2013).

FERREIRA, João (2010) – *Histórias rocambolescas da História de Portugal*, 6.<sup>a</sup> edição. Lisboa: A Esfera dos Livros.

FAZENDA, Nuno (2008) - *O turismo na Região do Norte de Portugal*. “Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – Prot-Norte, CCDRN”. Disponível em: <[http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROT\\_Turismo\\_Rev.pdf](http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/relatorio-do-plano/relatorios-tematicos-de-caracterizacao-e-diagnostico/PROT_Turismo_Rev.pdf)>. (Consulta realizada em 02-09-2013).

MARTINS, Gaspar Pereira, OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida de (2011) – *Dona Antónia*, 2.<sup>a</sup> edição. Alfragide: Casa das Letras.

MARTINS, Maria Cañas (2008) – *Paisagem em circulação: o imaginário e o património paisagístico de S. Francisco do Sul em cartões-postais (1900-1930)*. Pós-graduação. Faculdade de Arquitetura, Universidade do Rio Grande do Sul. Disponível em RCAAP: <<http://hdl.handle.net/10183/16653>>. (Consulta realizada em 12 /10/2013).

MIRRA, Ana (2012) – *Contributo para a elaboração de um catálogo WEB das paisagens de Entre Douro e Minho*. “Revista da Faculdade de Letras – Geografia”. Universidade do Porto, III Série, vol. I, p. 213-230. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10563.pdf>>. (Consulta realizada em 10 /10/2013).

MOREIRA, Fernando João de Matos (2009) – *O potencial do Turismo em Espaço Rural para o desenvolvimento dos territórios*. Estoril: ESHTE (ppt).

NUNES, Paulo Simões (2004), *História das Artes Visuais no Ocidente e em Portugal*. Lisboa: Lisboa Editora.

RAFAEL, D. António Rafael (1987) - *O homem. Identidade cultural*. “I Congresso da Região Norte. Fórum Portucalense”. Porto: Athena Editora, p. 105-1117.

OLIVEIRA, António de (1996) – *As cidades e o poder no período filipino*. “Revista Portuguesa de História, tomo XXXI, vol 2”. FLUC, Universidade de Coimbra, p. 305-340. Disponível em RCAAP: < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12814>>. (Consulta realizada em 08 /10/2013).

RODRIGUES, José Carlos Meneses (2013) - *O Douro, o Tâmega e o Sousa. Do Porto...Do Românico ao Neoclássico. (Con)vivências de estéticas artísticas*. “1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Porto como Destino Turístico: Turismo de Cidades”. CEPES. Porto: Auditório Almeida Garrett, 27 de outubro.

RUIVO, Fernando, MARQUES, Maria Manuel Leitão (1982) – *Comunidade e antropologia jurídica em Jorge Dias: Vilarinho da Furna e Rio de Onor*. “Revista crítica de Ciências Sociais, n.º 10, dezembro. Disponível em: <[https://www.google.pt/search?q=jorge++Dias+antrop%C3%B3logo&oq=jorge++Dias+antrop%C3%B3logo&aqs=chrome..69i57j0.24068j0j8&sourceid=chrome&espv=210&es\\_sm=93&ie=UTF-8#es\\_sm=93&espv=210&q=rio+de+onor](https://www.google.pt/search?q=jorge++Dias+antrop%C3%B3logo&oq=jorge++Dias+antrop%C3%B3logo&aqs=chrome..69i57j0.24068j0j8&sourceid=chrome&espv=210&es_sm=93&ie=UTF-8#es_sm=93&espv=210&q=rio+de+onor)>. (Consulta realizada em 12 /10/2013).